

PROMOVENDO A SAÚDE SEXUAL NA ADOLESCÊNCIA: EDUCAÇÃO, PREVENÇÃO E INCLUSÃO COMO PILARES FUNDAMENTAIS

Jaqueline Ribeiro Dias¹
Fabiana Teixeira Ramos Tavares²
Crisóstomo Lima do Nascimento³

RESUMO

Este artigo reflete sobre a construção histórica da sexualidade e sua abordagem no ensino de ciências, buscando contribuir para a educação sexual na adolescência como forma de prevenção ao abuso sexual. O estudo utiliza uma abordagem fenomenológica, por meio de pesquisa bibliográfica, análise documental e dados epidemiológicos. A inclusão da educação sexual no currículo de ciências é essencial, fornecendo informações sobre anatomia, fisiologia, reprodução, saúde sexual e métodos contraceptivos. Isso permite aos adolescentes adquirirem conhecimentos científicos e desenvolverem uma consciência crítica sobre sua sexualidade. Além disso, a abordagem da sexualidade no ensino de ciências promove uma visão inclusiva, considerando a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais. Ao oferecer um espaço seguro e livre de preconceitos para discussões, os adolescentes podem compreender e respeitar melhor a diversidade sexual. A educação sexual é uma ferramenta eficaz na prevenção e combate ao abuso sexual. É urgente discutir essa temática, fortalecendo políticas públicas que protejam os direitos das mulheres e meninas a enfrentarem problemas como a violência doméstica, feminicídio e assédio. A educação sexual nas escolas contribui para a segurança, saúde e integridade das futuras gerações. Acredita-se que essa abordagem promoverá uma nova cultura, esclarecendo questões relacionadas à sexualidade e incentivando relações mais respeitadas. A educação é um caminho para transformar o mundo, e a inclusão da educação sexual no ensino de ciências é uma das formas de promover essa transformação. Em síntese, a educação sexual na adolescência, por meio da abordagem no ensino de ciências, é fundamental para prevenir o abuso sexual. Essa educação científica e inclusiva proporciona conhecimento e conscientização, fortalece direitos e combate à discriminação de gênero. É uma maneira de promover uma sociedade mais segura, saudável e respeitosa em relação à sexualidade.

Palavras-chave: Sexualidade, Educação, Adolescência, Prevenção, Inclusão.

INTRODUÇÃO

A sexualidade é um aspecto central da vida humana e sua compreensão adequada é essencial para promover a saúde e o bem-estar dos adolescentes.

¹Mestranda do Curso de Pós-Graduação da Universidade Estadual Norte Fluminense-UENF, jaquelinereiberoarias@gmail.com

²Mestranda do Curso de Pós Graduação da Universidade Estadual Norte Fluminense - UENF, fabianatrtaavares@yahoo.com.br

³ Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense - UFF, Professor do PPG em Cognição e Linguagem da UENF, crisostomoln@gmail.com

No ambiente educacional a discussão à respeito da sexualidade, se acentuou a partir da década de 70, em razão de uma série de fatores, como a mudança no comportamento dos jovens, a competência da escola e os assuntos que deveriam ser ministrados por ela. Durante a década de 80 houve um crescimento dos casos de gravidez não planejada e no risco de infecções sexualmente transmissíveis. Em consequência a esses fatores, o tema passou a compor o currículo escolar, através dos temas transversais propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (Brasil, 1997).

No entanto, a abordagem da sexualidade no contexto educacional tem sido frequentemente negligenciada ou tratada de forma inadequada. A falta de educação sexual de qualidade contribui para a perpetuação de estereótipos, preconceitos e para a ocorrência de situações de abuso sexual.

Nesse contexto, considerando a abordagem da sexualidade na escola, podemos perceber que a discussão possui um enfoque no corpo humano, pois na maioria das vezes incide aos professores de Ciências trabalhar com o tema em sala de aula, e estes não possuem uma formação acadêmica condizente para debater o tema de maneira abrangente considerando além dos aspectos biológicos, os sociais, culturais, históricos e psicológicos. Contudo, a formação do professor desta área não possui discussões sociais sobre a temática, com isso, suas aulas se restringem à função biológica, às doenças relacionadas e aos métodos contraceptivos, não abarcando as relações com o âmbito social (Vieira; Matsukuram, 2017).

Deste modo, percebemos que o debate sobre a temática acaba não contemplando toda sua complexidade, prejudicando, assim, o processo ensino-aprendizagem e trazendo ainda mais consequências para o pleno desenvolvimento psíquico e social dos adolescentes, que na maioria das vezes, estes sofrem estigmas e preconceitos, e não conseguem através das aulas tirar suas dúvidas, por não se sentirem confortáveis e seguros para falarem, interferindo no conhecimento sobre seu corpo.

No Brasil, entre os anos de 2015 a 2021, foram notificados 202.948 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, sendo 83.571 (41,2%) em crianças e 119.377 (58,8%) em adolescentes. De acordo com o Boletim Epidemiológico⁴ que houve um aumento no número de notificação de violência sexual contra crianças e adolescentes entre 2015 e 2019, no entanto, em 2020, houve um decréscimo nesse número. Em 2021, o número de notificação foi o maior registrado ao longo do período.

⁴ Boletim Epidemiológico: Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-08>

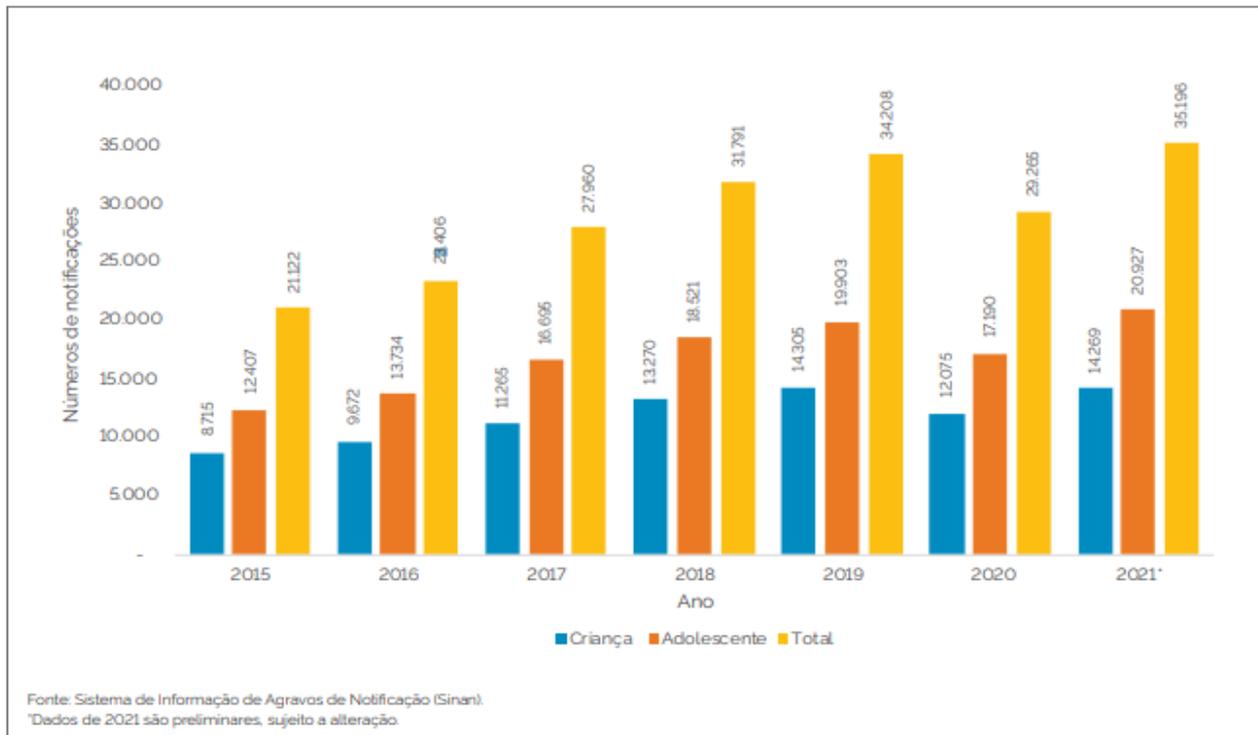


FIGURA 1 Número de notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes, segundo ano de notificação. Brasil, 2015-2021

Este artigo busca refletir sobre a importância da educação sexual na adolescência, com ênfase na sua abordagem no ensino de ciências. Através de uma perspectiva fenomenológica, utilizando pesquisa bibliográfica, análise documental e dados epidemiológicos, pretende-se contribuir para o desenvolvimento de políticas e práticas educacionais que promovam a prevenção ao abuso sexual e a construção de uma sociedade mais saudável e igualitária.

A inclusão da educação sexual no currículo de ciências é fundamental para fornecer aos adolescentes informações cientificamente embasadas sobre anatomia, fisiologia, reprodução, saúde sexual e métodos contraceptivos. Esses conhecimentos permitem que os jovens adquiram uma compreensão crítica de sua sexualidade, capacitando-os a tomar decisões informadas e responsáveis em relação à sua saúde sexual e reprodutiva.

Além disso, a abordagem da sexualidade no ensino de ciências promove uma visão inclusiva e respeitosa, reconhecendo a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais. Ao criar um ambiente seguro e livre de preconceitos para discussões sobre sexualidade, os adolescentes são incentivados a compreender e respeitar a diversidade sexual, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Destaca-se ainda que a educação sexual desempenha um papel crucial na prevenção e combate ao abuso sexual. Através do ensino de conceitos como consentimento, limites pessoais

e respeito mútuo, os adolescentes são capacitados a reconhecer e enfrentar situações de abuso, fortalecendo sua segurança e integridade.

Neste sentido, é essencial discutir e fortalecer as políticas públicas que protegem os direitos das mulheres e meninas no enfrentamento da violência doméstica, feminicídio e assédio. A educação sexual nas escolas desempenha um papel fundamental na promoção da segurança, saúde e integridade das futuras gerações.

Como defende o educador e filósofo brasileiro Paulo Freire:

A educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”. No entanto, sem conhecimento, o ser humano é incapaz de interagir, de criar e até mesmo de falar. (1979, p.84)

Acredita-se que a inclusão da educação sexual no ensino de ciências promoverá uma nova cultura, esclarecendo questões relacionadas à sexualidade e incentivando relações mais respeitadas e igualitárias.

Entendemos que a falta de educação sexual resulta em uma série de problemas, como por exemplo, faz com adolescentes e jovens estejam à mercê de abusadores, que comumente utiliza seu lugar de poder para manipular e abusar sexualmente, perpetuando o ciclo do abuso por tempo indeterminado. A abordagem da sexualidade perpassa a educação e a saúde pública, sendo imprescindível políticas públicas para fortalecer a educação sexual no ambiente escolar, proporcionando aos professores uma formação adequada para trabalhar o tema.

A educação sexual na adolescência é uma das formas de promover essa transformação, fortalecendo direitos e combatendo a discriminação de gênero.

Assim, os estudos e reflexões serão abordados sobre a construção histórica da sexualidade, a importância da educação sexual na adolescência, a abordagem no ensino de ciências e sua contribuição para a prevenção ao abuso sexual. Acredita-se que esse estudo poderá contribuir para o desenvolvimento de práticas educacionais mais inclusivas, informadas e preventivas, visando uma sociedade mais segura, saudável e respeitosa em relação à sexualidade dos adolescentes.

Ao longo deste artigo, serão exploradas as contribuições de Judith Butler, juntamente com outras perspectivas teóricas e evidências empíricas, para a construção de práticas educacionais mais inclusivas e conscientes, que atendam às necessidades e vivências dos adolescentes no que diz respeito à sua sexualidade e identidade de gênero.

METODOLOGIA

A pesquisa apresenta como processo metodológico um estudo qualitativo com pesquisa bibliográfica, análise documental e dados epidemiológicos, através de uma perspectiva fenomenológica segundo as possibilidades de conhecimento. Foi realizada revisão de documentos educacionais, revisão bibliográfica a partir do descritor “educação sexual”, e aprofundamento de discussões com base nos autores que serviram de referencial teórico, sendo eles Judith Butler com problemas de gênero, Simone de Beauvoir com segundo sexo, e Paulo Freire com política e educação.

REFERENCIAL TEÓRICO

A sexualidade e a construção de gênero são temas complexos e multifacetados, que têm sido objeto de estudo e reflexão por diversos teóricos e teóricas ao longo dos anos. Entre esses nomes, destaca-se a autora Judith Butler (2013) e seu livro "Problemas de gênero".

Nesta obra, Butler traz uma abordagem crítica e inovadora sobre a questão do gênero, questionando as noções tradicionais e binárias de masculinidade e feminilidade. Para ela, o gênero não é algo fixo ou determinado biologicamente, mas sim uma construção social e cultural, permeada por normas e expectativas impostas pela sociedade.

“Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. Assim, a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo” (Butler, 2013 p. 21)

Ao introduzir as ideias de Judith Butler no contexto deste artigo sobre educação sexual na adolescência, abordar-se-á a importância de considerar a perspectiva de gênero como um elemento fundamental na compreensão da sexualidade e no desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas e igualitárias.

A autora argumenta que os padrões de gênero são construções performativas, ou seja, são ações e comportamentos repetidos ao longo do tempo que reforçam as normas estabelecidas. Nesse sentido, a educação sexual na adolescência deve ir além de uma abordagem meramente biológica, incorporando uma análise crítica das normas de gênero e suas repercussões na vivência da sexualidade.

Ao reconhecer a fluidez e a diversidade de identidades de gênero, a educação sexual pode promover a desconstrução de estereótipos e a valorização da autenticidade e da autonomia

dos adolescentes. A obra de Butler nos convida a repensar as formas como as questões de gênero são abordadas, rompendo com o binarismo e possibilitando uma compreensão mais ampla e inclusiva da sexualidade.

Assim, a inclusão das ideias de Judith Butler no debate sobre educação sexual na adolescência oferece uma perspectiva crítica e transformadora, que busca superar as limitações impostas pelos modelos tradicionais de gênero. Ao considerar a influência das normas sociais na construção da sexualidade, é possível promover uma educação que valorize a diversidade, o respeito e a igualdade de gênero.

De acordo com Simone de Beauvoir em seu livro “O segundo sexo: a experiência vivida” (1967), sugere ponderações à respeito da forma distinta que acontece o desenvolvimento da sexualidade para meninas e meninos. No decorrer da adolescência dá-se o início das primeiras tentativas para a vida sexual, em que o período da puberdade é marcado por modificações no organismo e consequentemente modificações psíquicas. No entanto, as condições encontradas no início da sexualidade pelos gêneros feminino e masculino são diferentes. Segundo a autora (1967) “a civilização patriarcal votou a mulher à castidade” (p.112) e a ela é designada à proteção, mantendo-se sem ser tocada, até que alguém escolhido pelos seus pais, venha a constituir o matrimônio, e mediante a isso iniciar sua vida sexual.

Verifica-se, diante exposto na literatura de Simone Beauvoir (1967), que o começo da vida sexual feminina é discutida nos âmbitos orgânicos, psíquicos e sociais. Entretanto, o início da vida sexual masculina, sem ser decorrente do matrimônio, não é considerada imoral e não são impostas medidas sociais punitivas ao homem, diferente do que geralmente acontece com a mulher, podendo ser considerada impura, gerando, caso seja descoberto, um sofrimento psíquico, mediante as críticas e punições sofridas. Observa-se a diferença da sanção social também nas relações extraconjugais, em que o homem, mesmo sendo casado, poderá manter relacionamentos extraconjugais, e as críticas e punições serão sempre mais brandas, ou até mesmo inexistentes, quanto à mulher, as críticas e punições serão sempre mais severas.

Na abordagem sobre as formas distintas em que ocorre o desenvolvimento da sexualidade de meninas e meninos, o intuito não é reforçar que a forma como homens vivem é a mais adequada, nem como a forma que as mulheres vivem é a mais sofrida, o que indagamos no presente estudo se restringe ao direito que cada sujeito possui de exercer a sua sexualidade, mulheres e homens têm o direito de exercer sua sexualidade sem sofrer nenhum críticas ou punições à respeito da iniciação da sua vida sexual, orientações e identidades de gênero.

O respeito às suas escolhas deve ser o preceito de todas as medidas, sendo a educação sexual elemento crucial para fomentar o respeito ao ser humano. O educador Paulo Freire (2001) direciona:

Enquanto prática social a prática educativa, em sua riqueza, em sua complexidade, é fenômeno típico da existência, por isso mesmo fenômeno exclusivamente humano. Daí, também, que a prática educativa seja histórica e tenha historicidade. A existência humana não tem o ponto determinante de sua caminhada fixado na espécie. Ao inventar a existência, com os “materiais” que a vida lhes ofereceu, os homens e as mulheres inventaram ou descobriram a possibilidade que implica necessariamente a liberdade que não receberam, mas que tiveram de criar na briga por ela (FREIRE, 2001, p. 34).

No que diz respeito às múltiplas diversidades ou as diferenças culturais, sejam elas de classe, gênero ou raça, é apontada por Freire (2001), que estas resultam em ideologias impossíveis de serem combatidas sem que haja uma compreensão crítica da história, e sem projetos de cunho político-pedagógico para que aconteça uma verdadeira transformação ou reinvenção de conceitos, corroborando assim com a finalidade da educação e, nesse sentido o da educação sexual.

Segundo o filósofo Martin Heidegger em “Ser e Tempo” (2005), o autor menciona que vivemos em uma sociedade de discursos hegemônicos, onde na metafísica as coisas são referidas como dadas, sem nenhuma possibilidade vivenciar as multiplicidades, compreendendo que há um mundo, apenas uma verdade universal e não há mundos possíveis de vivenciar, com isso os discursos são inflexíveis nas veritas, sendo atravessado por uma visão dicotômica de mundo, em que não há possibilidades de sentido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação sexual no âmbito escolar é crucial para fomentar o conhecimento sobre o próprio corpo, para que o aluno possa tirar dúvidas, conhecer seus direitos reprodutivos e sexuais, além de auxiliar na prevenção das infecções sexualmente transmissíveis, conhecendo os métodos contraceptivos a serem utilizados para evitar uma gravidez indesejada e não planejada, como também para contribuir na diminuição dos casos de abusos sexuais e violências sexuais sofridas por meninas.

Os números de violência sexual contra crianças e adolescentes notificados entre os anos de 2015 a 2021 nos alertam para a vulnerabilidade e a exposição destes a essa violência. Se torna cada vez mais necessário a abordagem da sexualidade nas escolas, a fim de debater e potencializar o conhecimento sobre o corpo humano, no intuito de que adolescentes e jovens

possam reconhecer quando estiverem em situações de abuso ou violência sexual, e a quem possam recorrer para que o ciclo se encerre.

No que se refere ao abuso que ocorre no espaço familiar, é importante salientar o desafio que é denunciar a violência para quebrar o seu ciclo. Isso porque, mediante à proximidade da vítima com o agressor, geralmente a família não permite que os casos de violência sexual sejam descobertos, na tentativa de proteger o agressor. Nesses casos o ciclo da violência pode durar anos para ser descoberto.

Um dos fatores que tem influenciado a discussão da sexualidade no ambiente escolar é a formação docente, embora a sexualidade seja um tema transversal proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), comumente os professores de ciências ficam responsáveis pela abordagem do tema nos anos finais do Ensino fundamental, e estes não possuem uma formação acadêmica sob a perspectiva social, restringindo, com isso, a abordagem apenas ao viés biológico. Se torna imprescindível que os professores de ciências tenham uma formação adequada para que possam apresentar o tema de acordo com a sua complexidade, permitindo que sejam pontuados todos aspectos que abrangem a sexualidade humana.

A educação sexual nas escolas contemporaneamente ainda enfrenta o conservadorismo, repleto de mitos, estereótipos e preconceitos, o que acaba inviabilizando a abordagem complexa da sexualidade em sala de aula, acarretando consequências na eficiência de uma educação crítica-emancipatória, reforçando estruturas de poder e conseqüentemente marginalizando e inviabilizando sujeitos.

A abordagem da sexualidade também é primordial para se estabelecer o respeito quanto as múltiplas orientações sexuais e a identidades de gênero. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (Brasil, 1997) a escola, enquanto instituição social, deve priorizar o respeito ao próximo, apioando a diversidade de orientações sexuais e de identidades de gênero, promovendo um ambiente inclusivo e acolhedor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que é importante romper com os discursos e práticas hegemônicas, machistas e patriarcais que controlam e determinam como devemos agir e pensar desde o nosso nascimento, e que tratam corpos de meninas e mulheres como simplesmente objetos de prazer e poder.

Por meio da reflexão trazida no presente estudo o gênero feminino poderá ter a oportunidade de apropriar-se de suas escolhas, para que experienciem de forma autêntica, com uma nova forma de se relacionar consigo mesma e com o seu entorno.

A educação sexual poderá promover intervenções no ambiente escolar, fazendo com que haja um esclarecimento sobre a prevenção do abuso e da violência sexual, da gravidez não planejada, bem como à respeito das infecções sexualmente transmissíveis. Podendo mediar discussões em sala de aula, fazendo com que os alunos possam refletir sobre os cuidados com o corpo, promovendo a criticidade e autonomia, e ofertando palestras para os responsáveis pelos alunos, para que possam ter uma participação mais ativa e esclarecedora sobre o assunto, desmistificando mitos, tabus e preconceitos enraizados na sociedade patriarcal.

A escola precisa ser um ambiente que esimule o conhecimento, propiciando acolhimento e respeito a todos os indivíduos participantes do processo ensino-aprendizagem, para que todos possam coabitar no espaço educacional reconhecendo e respeitando as múltiplas diversidades.

Podemos concluir que, o estudo permitiu a reflexão que é possível adotar medidas de combate as estruturas sociais do patriarcado, a partir da promoção e aprimoramento de políticas públicas que visem fortalecer a abordagem da sexualidade no contexto escolar, reforçando os direitos das mulheres, e tratando de problemas como abuso e violência sexual, assédio e feminicídio.

A educação sexual escolar é uma forma de promover educação, prevenção e inclusão, proporcionando uma nova cultura, levando esclarecimentos sobre a sexualidade, e uma nova forma de se relacionar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126 p.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Experiência vivida.** 2ª Edição. São Paulo: **Difusão Européia do Livro**, 1967.

Boletim Epidemiológico. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-08>

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade.** 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.



FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. Política e educação. 5.ed. São Paulo: **Cortez**, 2001.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

VIEIRA, P. M.; MATSUKURA, T. S. Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 69, p. 453-474, Jun 2017.